

BB PRECISA ABRIR NEGOCIAÇÃO SOBRE CASSI EM VEZ DE ASSEDIAR FUNCIONÁRIOS

O custeio e a governança da Cassi são de responsabilidade estatutária de quem paga a conta – o banco e os associados. Qualquer mudança no estatuto depende de negociação entre as duas partes para depois levar à aprovação do Corpo Social.

O BB resolveu atropelar este processo. Quer impor aos diretores e conselheiros da Cassi uma decisão que não cabe a eles. Ao mesmo tempo, assedia os funcionários para apoiarem uma proposta que corta direitos, aumenta contribuições dos associados e reduz as do banco, implanta voto de minerva

a favor do BB e entrega duas diretorias ao mercado, reduzindo a participação dos associados a um terço.

O banco ameaça com intervenção da ANS, a Agência Nacional de Saúde Suplementar. Não leva em conta que o principal responsável pela solução do problema financeiro da Cassi é o próprio banco, que responde pela Cassi junto à ANS. O BB desconsidera que é responsável pela saúde dos funcionários e que o custo da Cassi é 43% menor que os planos de mercado, conforme aponta a Consultoria Accenture, contratada pelo banco.



O BANCO NÃO ACEITA A PROPOSTA DAS ENTIDADES E FOGUE DA MESA DE NEGOCIAÇÃO

O Banco do Brasil acusa a Contraf e as entidades de não terem proposta. Contudo, elas já apresentaram ao banco suas premissas: 1. Manter o modelo paritário de governança. 2. Se houver contribuição adicional, que seja mantida a relação 1,5 x 1 entre banco e associados. 3. Não quebrar a solidariedade entre os associados com remunerações distintas e entre ativos e aposentados. 4. Não penalizar os menores salários.

A Contraf apresentou ao banco documento com as bases da proposta, que foram rejeitadas pelos negociadores do BB. Em seguida

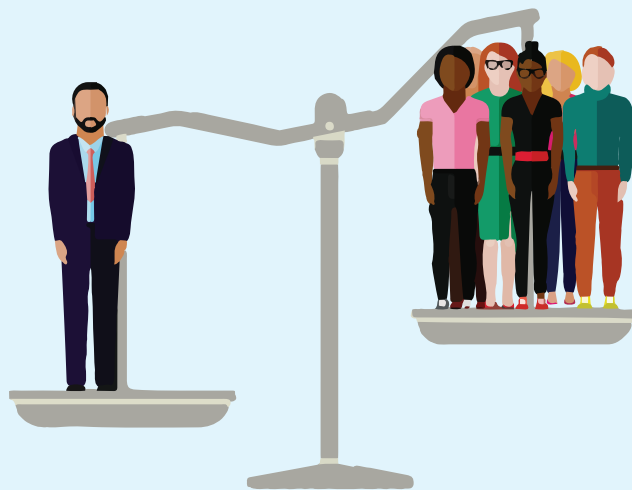
o banco abandonou a mesa de negociação e apresentou sua proposta à diretoria da Cassi, onde espera aprova-la sem contestação. O

BB quebra, de maneira truculenta, um histórico de décadas de negociação.

A única via para resolver os problemas da Cassi é negociar com a Contraf e as entidades representativas. Se o banco continuar atropelando, os associados darão o troco votando contra.



BB QUER IMPLANTAR VOTO DE MINERVA E ENTREGAR DIRETORIAS AO MERCADO



O Banco do Brasil quer implantar voto de minerva e entregar duas diretorias a profissionais de mercado contratados por ele, para aprovar com facilidade cortes de direito e aumento das contribuições dos associados. Não aceitaremos este ataque.

A importância da Cassi para os funcionários é muito grande. Assediar não é forma de resolver seus problemas. As entidades cumprem sua missão de proteger os associados, assim como fizeram em 2016, quando o banco pretendia aumentar as contribuições dos associados e congelar as dele, mas teve de aportar 1,5 vez as contribuições adicionais dos funcionários.

As contribuições adicionais negociadas em 2016 não foram suficientes para chegar até o final de 2019. Tudo indica que a área financeira da Cassi, controlada pelo BB, não fez as contas direito. Quem garante que acertou nas contas desta vez? As entidades querem acesso aos números para negociar com base em dados reais.

PROPOSTA DO BANCO PENALIZA FUNCIONÁRIOS E REDUZ DESPESAS

O Banco do Brasil apresentou uma proposta na mesa de negociação, em março, e outra em maio, pela Intranet de maneira autoritária. Aumenta a contribuição dos associados de 3% para 4% e mantém a contribuição patronal em 4,5%, penalizando somente os associados.

A proposta quebra o princípio da solidariedade ao instituir a cobran-

ça por dependente. Penaliza, sobretudo, os salários e aposentadorias menores, ao deixar de considerar o pagamento como percentual da remuneração. As contribuições por dependente dos ativos são menores que as dos aposentados, quebrando o princípio básico de solidariedade que estabelece critério uniforme de cobrança para todos os associados.

Um associado da ativa com 2

dependentes e salário de R\$ 5.000 hoje paga R\$ 150 à Cassi, mas passará a pagar R\$ 400 (4% mais R\$ 108,17 por dependente, limitado a 8% do salário) – um aumento de 167%! Um aposentado que recebe R\$ 7.500 e tem um dependente hoje paga R\$ 225. E passará a pagar R\$ 600 (4% mais R\$ 324,51 por dependente, limitado a 8%), aumento de 167%.

Se incluirmos na conta o aumento na coparticipação, muitos associados pagarão até 10% de seu salário. Isto é só o começo. A intenção do governo e do banco é acabar com o custeio da Cassi para os aposentados e aumentar cada vez mais as cobranças diferenciadas, empurrando uma parte cada vez maior da conta para os associados.

QUANTO PODE AUMENTAR SUA CONTRIBUIÇÃO À CASSI

	SALÁRIO OU APOSENTADORIA	CONTRIBUIÇÃO ATUAL DE 3%	CONTRIBUIÇÃO 4% E 1 DEPENDENTE	CONTRIBUIÇÃO 4% E 2 DEPENDENTES
Funcionário da ativa	2.718,00	81,54	216,89	217,44 (aumento de 167%)
Funcionário da ativa	10.000,00	300,00	526,20	652,40 (aumento de 117%)
Funcionário da ativa	15.000,00	450,00	576,20	702,40 (aumento de 56%)
Aposentado	5.000,00	150,00	400,00	400,00 (aumento de 167%)
Aposentado	15.000,00	450,00	924,51	960,57 (aumento de 113%)

BANCO OBRIGA OS FUNCIONÁRIOS A PARTICIPAR DE REUNIÕES

CERTOS GESTORES CENSURAM QUESTIONAMENTOS



As reuniões convocadas pelo BB para apresentar o relatório da Consultoria Accenture e promover sua proposta para a Cassi tem sido criticada pelos funcionários. Vários gestores estão impedindo questionamentos e críticas à proposta do banco. Em muitos casos quem apresenta a proposta

não tem conhecimento técnico suficiente para responder às perguntas dos funcionários e impede até mesmo dirigentes de sindicatos e delegados sindicais de fazerem críticas. O debate fica comprometido, deixando claro que o interesse do banco é enfiar sua “solução” goela abaixo dos associados.

CONGRESSO DOS FUNCIONÁRIOS DO BB REPUDIA TERRORISMO E REJEITA A IMPOSIÇÃO DO BANCO

Os representantes eleitos em assembleias sindicais por todo o Brasil, reunidos no Congresso dos Funcionários do BB, realizado nos dias 7 e 8 de junho, rejeitaram as mudanças propostas pelo banco para o custeio e a governança da Cassi.

Se o Banco do Brasil quiser alguma mudança, terá de negociar com a Contraf, sindicatos e entidades representativas e acatar uma solução que mantenha a solidariedade, preserve a governança paritária e mantenha a relação contributiva de 1 x 1,5 entre associados e banco. “Não adianta o banco impor uma proposta à diretoria e conselho da Cassi e depois mandar os associados votarem, que não vai conseguir aprovar. Este foi o tom dos congressistas”, avisa Wagner Nascimento, coordenador da Comissão de Empresa.

